

PSICOLOGIA SOCIAL



9ª EDIÇÃO

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

da solidariedade à autonomia

REGINA HELENA DE FREITAS CAMPOS (Org.)

SÍLVIA T.M. LANE

BADER B.SAWAIA

MARIA DE FÁTIMA Q. DE FREITAS

PEDRINHO GUARESCHI

JACYARA C.R. NASCIUTTI

NAUMI A. DE VASCONCELOS

REGINA HELENA CAMPOS

 EDITORA
VOZES

Esta coletânea apresenta reflexões do Grupo de Trabalho em psicologia social comunitária da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Esta nova área de estudos, a *psicologia social comunitária*, pretende contribuir para a construção de relações sociais mais democráticas e solidárias, e para a promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida nas comunidades. Neste livro, diferentes aspectos das relações entre o psicólogo e a comunidade são abordados, em especial o histórico, as perspectivas teóricas e os instrumentos de análise e intervenção disponíveis e em elaboração neste campo.

“Fazer psicologia comunitária é estudar as condições (internas e externas) ao homem que o impedem de ser sujeito e as condições que o fazem sujeito numa comunidade, ao mesmo tempo que, no ato de compreender, trabalhar

COLEÇÃO PSICOLOGIA SOCIAL

Coordenadores:

Pedrinho Arcides Guareschi – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Sandra Jovchelovitch – London School of Economics and Political Science (LSE) – Londres

Conselho Editorial:

Robert M. Farr – London School of Economics and Political Science (LSE) – Londres

Denise Jodelet – L'École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris

Sílvia Lane – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)

Regina Helena de Freitas Campos – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Angela Arruda – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Tânia Galli Fonseca – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Leôncio Camino – Universidade Federal da Paraíba (UFPA)

- *Psicologia social contemporânea (Livro-texto)* – Vários autores
- *As raízes da psicologia social moderna* – Robert M. Farr
- *Representando a alteridade* – Angela Arruda (Org.)
- *Paradigmas em psicologia social* – Regina Helena de Freitas Campos e Pedrinho A. Guareschi (Orgs.)
- *Gênero, subjetividade e trabalho* – Tânia Galli Fonseca
- *Psicologia social comunitária* – Regina Helena de Freitas Campos e outros
- *Textos em representações sociais* – Pedrinho A. Guareschi e Sandra Jovchelovitch
- *As artimanhas da exclusão* – Bader Sawaia (Org.)
- *Representações sociais e esfera pública* – Sandra Jovchelovitch
- *Os construtores da informação* – Pedrinho A. Guareschi e outros
- *Psicologia social do racismo* – Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (Orgs.)
- *Psicologia social nos estudos culturais* – Neuza Maria de Fátima Guareschi e Michel Euclides Bruschi (Orgs.)
- *Psicologia social e saúde* – Mary Jane P. Spink
- *Representações sociais – Investigações em psicologia social* – Serge Moscovici
- *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky* – Susana Inês Molon



Associação Brasileira para
a Proteção dos Direitos
Editoriais e Autorais

RESPEITE O AUTOR
NÃO FAÇA CÓPIA

www.abpdea.org.br

© 1996, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: <http://www.vozes.com.br>
Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN 85.326.1644-5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia / Regina Helena de Freitas Campos (org.). - Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

Vários autores.

ISBN 85-326-1644-5

1. Psicologia social I. Campos, Regina Helena de Freitas. II. Título.

96-0380

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social comunitária 302

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

SUMÁRIO

Apresentação, 7

Introdução: A psicologia social comunitária, 9

Regina Helena de Freitas Campos

Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil, 17

Sílvia Tatiana Maurer Lane

X Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade, 35

Bader Burihan Sawaia

X Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil, 54

Maria de Fátima Quintal de Freitas

Relações comunitárias – Relações de dominação, 81

Pedrinho A. Guareschi

A instituição como via de acesso à comunidade, 100

Jacyara C. Rochael Nasciutti

Qualidade de vida e habitação, 127

Naumi A. de Vasconcelos

Psicologia comunitária, cultura e consciência, 164

Regina Helena de Freitas Campos

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea apresenta reflexões do Grupo de Trabalho em psicologia social comunitária da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Inspirados nas discussões do grupo, constituído durante a realização do V Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP, realizado em Caxambu, Minas Gerais, em maio de 1994, os textos exploram diferentes aspectos das relações entre o psicólogo e a comunidade, visando enriquecer o debate sobre as perspectivas teóricas do campo.

Os autores são todos professores de psicologia social em programas de Pós-graduação na área em diversas universidades brasileiras – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade Federal de Minas Gerais.

A reunião deste grupo de pesquisadores, na ANPEPP, tem por objetivo promover a melhor delimitação do campo, e aperfeiçoar os instrumentos de análise e intervenção disponíveis e em elaboração. Esta é a primeira produção conjunta do grupo, que esperamos seja útil aos profissionais, estudantes e pesquisadores que compartilham de nossas preocupações e buscam, em seu trabalho, contribuir para a construção de relações democráticas e solidárias nas comunidades em que atuam.

COMUNIDADE: A APROPRIAÇÃO CIENTÍFICA DE UM CONCEITO TÃO ANTIGO QUANTO A HUMANIDADE

Bader Burihan Sawaia

Comunidade é conceito ausente na história das idéias psicológicas. Aparece como referencial analítico apenas nos anos 70, quando um ramo da psicologia social se autoqualificou de comunitária. Assim fazendo, definiu intencionalidades e destinatários para apresentar-se como ciência comprometida com a realidade estudada, especialmente com os excluídos da cidadania.

A descoberta da comunidade não foi um processo específico da psicologia social. Fez parte de um movimento mais amplo de avaliação crítica do papel social das ciências e, por conseguinte, do paradigma da neutralidade científica, desencadeado nos anos 60 e culminado nas décadas de 70 e 80, quando o conceito de comunidade invadiu, literalmente, o discurso das ciências humanas e sociais, especialmente as práticas na área da saúde mental.

Não há dúvidas de que a introdução deste conceito no corpo teórico da psicologia social constituiu um aspecto epistemológico importante, na medida que representou a opção por uma teoria crítica que interpreta o mundo com a intenção de transformá-lo (Heller, 1984:289). Entretanto,

comunidade tornou-se conceito capaz de abarcar qualquer perspectiva de prática profissional, contanto que realizada fora de consultórios e instituições, permitindo seu uso demagógico no discurso político neoliberal, para designar o compromisso com o povo e a união do povo¹, ou ainda no discurso dos que se arvoram de inventores da sociedade ou defensores da pureza étnica e cultural.

Hoje, comunidade aparece como a utopia do final do século para enfrentar o processo de globalização, considerado o grande vilão da vida em comum e solidária, mas uma utopia reacionária, saudosista, que, em vez de orientar ações voltadas ao futuro, remete ao passado, como uma espécie de lamento.

Aliás, se prestarmos atenção, notaremos que toda utopia propõe modelos de comunidade como arquétipo de situação ideal, que teria ocorrido nos primórdios da humanidade e que o homem perdeu. Um lugar cujos habitantes inclinam-se ao bem, naturalmente, portanto, onde se atinge a perfeição e não há o que mudar. Inclusive, na era das descobertas, o “novo mundo” foi padrão do imaginário utópico, como o lugar não contaminado pela civilização, sendo as comunidades indígenas o seu ícone. Essa idéia desencadeou iniciativas de construção de comunidades de caráter utópico-socialista, tanto no Brasil como nos EUA.

Devido à diversidade de significado, e ao uso demagógico da palavra comunidade, cujo *trailer* foi acima apresentado, é preciso refletir sobre esse conceito, nas suas múltiplas significações e esclarecer o enfoque adotado sob pena de cometer falhas e interpretações falsas, especialmente, hoje, quando a maioria dos profissionais da saúde e das ciências humanas dizem estar trabalhando nas e com as comunidades.

1. Um chefe de narcotráfico do Rio de Janeiro em entrevista recente referiu-se aos moradores de um favela desta cidade como a “minha comunidade”.

I. A comunidade na história do pensamento social

A. O debate entre comunidade e individualismo ou a utopia que remete ao passado

Comunidade tem presença intermitente na história das idéias. Ela aparece e desaparece das reflexões sobre o homem e sociedade em consonância às especificidades do contexto histórico e esse movimento explicita a dimensão política do conceito, objetivado no confronto entre valores coletivistas e valores individualistas.

A cada avanço do individualismo, vê-se o florescer de utopias comunitárias e vice-versa, como aponta Nisbet (1973), ao afirmar que o movimento de hostilidade intelectual à comunidade e seu substrato ético ocorrido no Iluminismo foi decorrência de sua associação ao sistema feudal. Os filósofos da Ilustração estavam empenhados na destruição dos grupos e associações surgidas na Idade Média, para combater os resquícios de dominação e exploração do homem resultante de interdependências básicas do feudalismo. Contra a idéia de sociedade fundada na comunidade, defendiam a idéia de sociedade fundada no contrato entre homens livres (não homens membros de corporações ou camponeses) que se vinculam, racionalmente, em modos específicos e limitados de associações.

Esse movimento anticomunitário, assentado no desejo de destruir a ordem feudal injusta, foi reforçado pelas duas revoluções, francesa e industrial, e encontrou apoio também entre os que recusavam a idéia de contrato e defendiam a doutrina do egoísmo racional e, conseqüentemente, do racionalismo econômico. Para todos esses, comunidade era o inimigo do progresso que se vislumbrava no final do século XVIII, representando a persistência das tradições a serem vencidas, pois impedia o desenvolvimento econômico e a reforma administrativa. Enfim, todas as forças sociais

críticas uniram-se na tarefa gigantesca de eliminar os destroços comunais legados pela Idade Média, que penetrou no século XIX.

No entanto, esse mesmo período assistiu a emergência de uma reação intelectual, iniciada pelo pensamento conservador, de recuperação da comunidade como modelo de boa sociedade, ameaçado pelo individualismo e pelo racionalismo, valores propagados pelo Iluminismo.

Dessa forma, comunidade tornou-se o centro do debate da modernidade nascente. De um lado, condenada como conservadora e antagônica ao progresso. De outro, defendida pelos que tinham horror à modernização, como símbolo de tudo de bom e que o progresso destruiu. Mas, em ambas as perspectivas, comunidade aparece como utopia que remete ao passado, com significado reacionário, cujo protótipo é a família, encontrando sua expressão simbólica na religião, nação, raça, profissão e nas cruzadas. Sua delimitação pode ser local ou global, pois o que importa é a comunhão de objetivos, a condição de continuação no tempo, o engajamento moral, a coesão e a coerção social.

Com o tempo, esses valores extrapolaram o âmbito do pensamento conservador e, cada um a seu modo, foram sendo apresentados no pensamento político e filosófico e até mesmo religioso do século XIX, em oposição aos valores das cidades modernas.

Segundo Nisbet (1973) a nostalgia da comunidade comunitária é o sentimento inerente ao pensamento social do século XIX.

Na religião, apareceu no bojo do movimento contra a pastoral individualista e a teologia racionalista do século XVIII (idéias de Lutero e Calvino) acusadas de afastarem o homem do caráter comunitário e cooperativo tradicionais. Essa corrente de pensamento atingiu os teólogos dos países

ocidentais, provocando um verdadeiro renascimento dos temas litúrgicos e canônicos o qual subsidiou, posteriormente, o reavivamento das comunidades eclesiais de base, como no Brasil, nos anos 70.

Na filosofia, a idéia de comunidade apareceu sob os mais variados aspectos, mas sempre como fundamento do ataque ao racionalismo utilitário, ao individualismo, ao industrialismo do *laissez-faire* e ao igualitarismo da Revolução Francesa. Na obra de Hegel (*Filosofia do direito*), um dos pensadores mais proeminentes do século XIX, cuja filosofia dialética serviu de base ao marxismo, o Estado é uma "Communitas communitatum" e não a agregação de indivíduos pelo contrato como propunha o Iluminismo. Sua visão de sociedade é concêntrica, formada por círculos interligados de associações como família, comunidade local, classe social e Igreja, cada qual autônoma nos limites de sua abrangência funcional, cada uma delas considerada fonte de afirmação do indivíduo e, todos eles em conjunto, reconhecidos como elemento formativo do verdadeiro Estado (Nisbet, 1973:55).

Mas, foi na sociologia, ciência emergente no início do século XIX, que comunidade elevou-se à categoria analítica central do pensamento social, e se estabeleceu a antítese de comunidade e sociedade, como expressão do contraste entre valores comunitários e não comunitários, respectivamente.

B. O debate entre comunidade e sociedade (Gemeinschaft und Gesellschaft)

Esse debate foi expressado na sociologia alemã por Tönnies (1944), através dos termos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, no final do século XIX, que criou uma estrutura tipológica da idéia de comunidade, onde sistematizou a noção de comunidade esboçada no início do referido século, tanto pelos conservadores como pelos revolucionários.

rios, recolocando-a como critério de oposição entre modernização e tradição, apesar de afirmar que comunidade faz parte da sociedade.

Gemeinschaft está baseado em três eixos: o sangue, o lugar e o espírito ou o parentesco, a vizinhança e a amizade, respectivamente, sendo o sangue o seu elemento constitutivo e o trabalho e a crença comuns, a sua base de construção. Todos os sentimentos nobres como o amor, a lealdade, a honra, a amizade são emoções de *Gemeinschaft* sendo que na *Gesellschaft* não há nada de positivo do ponto de vista moral. Nela os homens não estão vinculados, mas divididos. Ela aparece na atividade aquisitiva e na ciência racional e sua base é o mercado, a troca e o dinheiro.

Em resumo, para Tönnies, comunidade não é uma variável ou um espaço, mas uma realidade e a causa para outros fenômenos (Nisbet, 1973).

Tal idéia permeia as reflexões sociológicas desde seus fundadores até hoje; associada a diferentes fenômenos e objetivada em diferentes oposições. (Weber, considerado o sociólogo da ação social, em suas reflexões sobre as relações sociais solidárias (1917), distinguiu dois tipos que, segundo ele, recordam a classificação feita por Tönnies, a comunitária e a associativa, tendo como critério de distinção o processo de racionalização. Ambas podem ser fechadas ou abertas em direção ao exterior e se combinarem de diferentes formas nas relações entre os homens. Comunização refere-se à relação baseada no sentimento subjetivo do pertencer, estar implicado na existência do outro, como a família e grupos unidos pela camaradagem, vizinhança e fraternidade religiosa. A relação pode ser afetiva (piedade, amizade) ou erótica e amorosa; enfim, baseada em qualquer espécie de fundamentos, emocional ou tradicional. Sociação é uma relação cuja atividade se funda sobre um

compromisso de interesse motivado racionalmente (em valor ou finalidade) e resultante de vontade ou opção racionais, mais que na identificação afetiva.

Um outro sociólogo que trouxe importante contribuição ao conceito de comunidade foi Simmel, considerado o Freud da sociedade, por seus estudos das relações inconscientes da organização social. Ele também denunciou a objetivação crescente da cultura moderna e a conseqüente impessoalidade das relações a ponto de anular a totalidade da subjetividade humana. Esse contexto favorece o surgimento de um tipo de comunidade, que ele denominou sociedade secreta, criada para separar o indivíduo alienado da sociedade impessoal, e dar-lhe sentimento de pertencimento, portanto, lugar de identidade de valores associados à comunidade, alertando, porém, que essa sociedade secreta pode tornar-se um fator de dissociação, mais do que de socialização, e, aos olhos do governo e da sociedade, um inimigo (Wolff, 1950 e Simmel, 1894).

C. Comunidade como fenômeno empírico

No início do século XX, presencia-se na sociologia uma explosão de estudos sobre comunidades, configurando-a de um lado como espaço empírico de pesquisa em contraposição às situações laboratoriais dos experimentos, e de outro de estudos microssociais em contraposição às análises estruturais.

Comunidade tornou-se referencial de análise que permite olhar a sociedade do ponto de vista do vivido, sem cair no psicologismo reducionista e pesquisar segundo procedimentos, até então próprios da antropologia nos seus estudos sobre "comunidades indígenas", como a observação participante ou empírica e estudos de caso².

2. Ver resumo desses estudos em Horkheimer e Adorno, 1973:151-171.

D. Comunidade como utopia que remete ao futuro

Marx difere de forma significativa das implicações valorativas tradicionais que sustentam o contraste entre comunidade e sociedade. Sua concepção dialética materialista da sociedade situa historicamente o debate comunidade e sociedade no capitalismo, isto é, no centro da luta de classes. A sociedade, na teoria marxista, não é harmoniosa, mas conflitiva, sendo que o harmonioso e o conflito não são determinados pela presença ou ausência de valores comunitários, mas por problemas nas relações de produção. O individualismo, inimigo das relações comunitárias, é fruto do "fetiche" da mercadoria, do trabalho alienado e produtor de mais valia.

No entanto, Marx também se rendeu ao comunitarismo, enquanto ética da vida social digna e justa. Mas sua idéia de comunidade não se refere à volta ao passado perdido, ou à recuperação dos valores comunitários em nível local ou nacional para superar as agruras do individualismo. Ele se afasta de modelos baseados no tradicionalismo e no localismo, pois acredita na vasta associação de nações na comunidade transnacional e encontra na classe trabalhadora a estrutura para a redenção ética da humanidade, como demonstra o apelo que fez no *Manifesto do partido comunista* (1983:45): "Proletariado de todos os países, uni-vos".

II. Comunidade no corpo teórico da psicologia

Não se encontram referências explícitas sobre comunidade nas obras de psicologia social, até os anos 70, quando foi introduzida no corpo teórico-metodológico da psicologia comunitária, conforme dito anteriormente.

Mesmo nas reflexões sobre o "que mantém o homem em sociedade" e sobre a "formação da consciência", temas

centrais do debate entre os pioneiros da psicologia, a comunidade só aparece muito raramente para referir-se às instâncias intermediárias entre o homem e a sociedade ou como sinônimo de sociedade, e com diferentes conotações valorativas. Como exemplo, pode-se citar os estudos sobre psicologia dos povos realizados por Wundt em 1904 onde comunidade aparece como sinônimo de interação coletiva. Segundo ele, a psicologia popular consiste nos produtos mentais criados por uma comunidade humana, que não se reduzem à consciência individual, pois pressupõem ações recíprocas de muitos indivíduos. Esse produto da interação coletiva mantém unidos os membros de uma nação (Wundt, 1926 e Baró, 1983).

Freud também aponta o caráter homogeneizador da comunidade, ressaltando, porém, a sua dimensão negativa e injusta de considerar todos os homens iguais em desejos e necessidades. Segundo ele, a natureza humana dificilmente se dobra a qualquer espécie de comunidade social e viver em comunidade é “trocar uma parte de felicidade pessoal por uma parte de segurança, através de mecanismos que facilitam essa má troca” (Freud, 1976).

Nem mesmo na psicologia social, ramo de psicologia criada no início do século XX com o intuito de analisar a relação homem/sociedade, o conceito de comunidade aparece como central. Em lugar dele, grupo³ e interação social tornaram-se dominantes nos estudos sobre os fenômenos coletivos, especialmente na psicologia social norte-

3. “A palavra grupo é uma expressão ocasional, um lugar vazio que, segundo o contexto de cada ocasião, se enche de diferentes significados (...). Serve para definir qualquer tipo de relação recíproca entre multiplicidade de indivíduos, qualquer vínculo entre seres humanos” (Adorno e Horkheimer, 1973:61).
“Quando minha identificação e o grupo se encontram reciprocamente em uma correlação organizacional, essencial e estável, não temos mais grupos, mas comunidade” (Heller:1987).

americana, voltada aos problemas sociais provocados pela imigração e pela II Guerra Mundial, com o objetivo de promover a integração de grupos e indivíduos à sociedade americana.

É nesse corpo teórico da psicologia que o conceito de comunidade foi introduzido como categoria analítica, acompanhando um movimento mais geral da época. Na década de 50, comunidade penetrou com muita força nas ciências sociais, após ter sido recuperada na cena política no bojo de idéias liberais-populistas e corporativistas, inscrevendo-se nas estratégias de modernização do pós-guerra, criadas para enfrentar a Guerra Fria (Wanderley, 1990).

Portanto, comunidade entrou na psicologia no seio de um corpo teórico orientado pelo condutivismo e pelo método experimental, com o objetivo de integrar indivíduos e grupos a partir da transformação de atitudes, inspirado nos estudos psicossociais sobre grupo⁴. A diferença entre comunidade e grupo era dada pelo simbolismo do primeiro como denotativo de legitimidade da práxis psicossocial com associações tão variadas como estado, sindicato e movimentos revolucionários.

Inicialmente, comunidade foi introduzida na área clínica, visando humanizar o atendimento ao doente mental e se espalhou, através das políticas desenvolvimentistas propagadas por organismos internacionais como OEA, CEPAL, BID, ONU e Aliança para o Progresso, especialmente nos países da América Latina. A intenção era educativa e preventiva. Trabalhava-se em comunidades com o objetivo de desenvolver potencialidades individuais, grupais e cole-

4. Em 1945, Skinner publicou uma obra de ficção, na qual apresentou como viveria na prática uma comunidade planejada segundo a tecnologia do comportamento orientada pelos pressupostos condutivistas - *Walden Two* - uma sociedade do futuro.

tivas, para integrar a população aos programas oficiais de modernização e para prevenir doenças. Suas primeiras experiências práticas estiveram associadas, portanto, à educação popular, à medicina psiquiátrica comunitária e sempre sob a proteção e orientação do Estado. Sua tese sociológica central era a crença na modernização cultural e econômica, como via de progresso, através de reformas de base na agricultura, indústria e nos valores e atitudes da população.

Comunidade era entendida como unidade consensual, sujeito único e homogêneo, lugar de gerenciamento de conflito e de mudanças de atitude. Sua prática visava a união de esforços entre povo e autoridade governamental para melhorar as condições de vida de comunidades e, através delas, integrar a sociedade nacional, construindo a prosperidade do país. E sua delimitação era espacial/geográfica.

Os psicólogos que trabalhavam em comunidades passaram a se inspirar nas teorias psicológicas que mais contemplavam o social na análise da subjetividade, tanto de tradição psicanalítica quanto institucional e sociométrica. Os autores que mais se destacaram foram Kurt Lewin, Goffman, Reich, Moffart e Bleger e um pouco mais tarde Moscovici e pensadores da fenomenologia.

Nesse período, o corpo teórico da psicologia comunitária apresentou avanços positivos na medida em que começou a superar a cisão entre subjetividade e objetividade, mas não alterou sua intencionalidade prática que continuava voltada à integração social mais que à exclusão.

A tomada de consciência da necessidade de rever criticamente a intencionalidade e o destinatário da teoria se consolidou apenas no final da década de 70, com o domínio da matriz marxista, quando a psicologia comunitária se apresentou como área de conhecimento científico

não elitista, a serviço do povo, para superar a exploração e a dominação.

O psicólogo, que na fase anterior se confundia com o educador social, com o assistente social e com o clínico fora do consultório, agora se tornou "militante" com o objetivo de promover a passagem da consciência de classe em si à consciência de classe para si, favorecendo a "tomada de consciência" (expressão fundamental da psicologia comunitária) da exploração e da alienação e a organização da população em movimentos de resistência e de reivindicação.

Nesse contexto, comunidade passou a ser entendida como lugar que reúne pares da classe trabalhadora, considerada o agente social capaz de realizar a intencionalidade prática da teoria crítica, isto é, a negação da exclusão no capitalismo mantida pela exploração da mais-valia e pela alienação do homem do produto de seu trabalho.

Apesar das diferenças essenciais, as duas vertentes se aproximaram na medida que incorporaram as características apresentadas nas reflexões clássicas, tanto filosóficas quanto sociológicas sobre comunidade, quais sejam, ação conjunta, rede de sociabilidade baseada na cooperação e solidariedade, homogeneização de interesses em torno de necessidades coletivas, lugar de sentimentos nobres não individualistas como lealdade, amizade e honra, e espaço geográfico-empírico de ação e pesquisa. Por outro lado, ambas as concepções afastaram-se dos estudos clássicos ao concordarem que a comunidade é célula de sociedade, capaz de irradiar mudanças e não erradicar mudanças.

Mudança social é o ponto que marca a profunda diferença entre essas duas vertentes da psicologia comunitária, do ponto de vista epistemológico, político e ideológico. Na psicologia comunitária norte-americana a concepção de mudança está acoplada à modernização dos setores atra-

sados e pobres, visando sua adaptação ao capitalismo avançado e na psicologia comunitária latino-americana, a mudança é concebida como transformação de uma sociedade exploradora e portanto como revolução socialista ou cidadã.

Essa última vertente promoveu grandes transformações no corpo teórico-metodológico da psicologia social e colaborou com o avanço organizacional/político da população, mas não conseguiu libertá-la de mistificações do conceito e de sua redução ao "um". A homogeneização e imobilismo continuaram presentes nas reflexões sobre comunidade, rerepresentando-a como o lugar onde não existe o mal, a injustiça, como o paraíso na terra e, portanto, estagnado.

Hoje, a reflexão sobre comunidade em psicologia encontra-se em situação privilegiada. A grande produção de pesquisas, relatórios de práticas e reflexões teóricas, gestadas nos anos 70 e 80, permite uma avaliação responsável, à luz das questões éticas postas pela modernidade contemporânea e até então preteridas pelo atrelamento dos estudos de comunidade ao confronto exclusivo entre modernização versus revolução e integração versus conflito.

A sociedade assolada pelo processo de globalização, de um lado presencia a queda de todas as fronteiras tradicionais que separavam homens e nações, cujo exemplo mais fantástico é a rede internet de informática que acena com a comunidade virtual. Por outro, assiste atônita à emergência de novas/velhas formas de diferenciação e segregação, o que coloca a alteridade e identidade como figuras proeminentes da vida social digna, obrigando os estudos de comunidade a retornarem a sua gênese, para recuperar seu substrato ético-simbólico, como categoria de integração, mas também de autonomia, que é definida por Heller de forma admirável: "comunidade é sistema de relação que remete ao mais alto grau de desenvolvimento de generacidade" (Heller, 1987).

Segundo ela, o predicado comunitário contém valores específicos que permitem o amadurecimento e desenvolvimento das potencialidades humanas nos espaços particulares do cotidiano, portanto, não antagônico à individualidade.

Nessa concepção, a comunidade rompe com a dicotomia clássica entre coletividade e individualidade, ser humano genérico e ser humano particular, apresentando-se como espaço privilegiado da passagem da universalidade ética humana à singularidade do gozo individual. Um movimento de recriação permanente da existência coletiva, fluir de experiências sociais vividas como realidade do eu e partilhadas intersubjetivamente, capaz de subsidiar formas coletivas de luta pela libertação de cada um e pela igualdade de todos.

Portanto, se comunidade contém individualidade, não pode ser trabalhada como unidade consensual, sujeito único. Só a ação conjunta não a caracteriza, ao contrário, a homogeneização pode negá-la, pois ela deve oferecer um espaço total de atitudes particulares. Isso não significa abrir mão de idéias comuns, mas do consenso fechado e conseguido às custas da ditadura das necessidades (Heller:1992), incentivando o exercício da comunicação livre, onde todos participam com igual poder e competência argumentativa no processo de ressignificação da vida social.

Todos os membros de relação devem ter legitimidade para se fazer ouvir e a capacidade argumentativa para participar da construção do consenso democrático⁵, para que uns não se alienem no outro, considerado o dono do saber, lembrando que capacidade argumentativa não é mera aquisição de vocabulário e treino de retórica discursiva para convencer o outro. Ela é a capacidade de defender

5. Reflexões inspiradas nas idéias de Habermas (1985 e 1987) e Carone (1994).

suas próprias necessidades respeitando a dos outros, isto é, habilidade de, através da linguagem, lidar com a realidade do desejo próprio e do outro, construindo um nós. Portanto, é exercício de sensação e de reflexão, para que o sujeito sintá-se legitimado, enquanto membro do processo dialógico-democrático.

Os valores comunitários devem ser interiorizados como projeto individual para se transformar em ação. Devem ser pensados e sentidos como necessidade. A expressão tão cara à prática comunitária nos anos 70 – conscientização – deve ser ampliada para abarcar não só a “tomada de consciência”, como também a “tomada da inconsciência”⁶, pois ninguém é motivado por interesses coletivos abstratos e não se pode exigir que o homem abandone a esfera pessoal da busca da felicidade, pois bem-estar coletivo e prazer individual não são dicotômicos e o consenso democrático não é conquistado necessariamente à custa do sacrifício pessoal.

Marcuse, nos anos 60, já destacava a dimensão estético-erótica indispensável à existência humana, criticando a paz do cemitério que caracterizava todo projeto utópico comunitário, sob pena de se defender um modo de vida esmagador apesar de tranqüilo, materialmente (1975).

Aqui cabe um alerta sobre o perigo de se priorizar esta dimensão em detrimento da política econômica, em um país onde a maioria da população é excluída dos direitos sociais. Claro que urge ações voltadas à garantia das condições de sobrevivência com dignidade. O que se quer afirmar é que abrir mão da dimensão ético/estética é cair na práxis reducionista que considera o povo uma massa disforme, que responde em uníssono aos apelos materiais, atribuindo apenas à burguesia as sutilezas psicológicas.

6. Expressão usada por Rolnik (1994).

III. Considerações finais

A presente reflexão não pretendeu apresentar comunidade como um conceito plenamente elaborado e fechado, o que significaria retirar o caráter sócio-político e utópico que a caracteriza, transformando-a em conceito vazio e abstrato.

O que se quis ressaltar é que comunidade, mais do que uma categoria científico-analítica, é categoria orientadora da ação e da reflexão e seu conteúdo é extremamente sensível ao contexto social em que se insere, pois está associada ao debate milenar sobre exclusão social e ética do bem viver.

Nisbet (1974:48) balizou de forma admirável todas as idéias até aqui apresentadas como fundamentais à comunidade:

“Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral (...) e continuado no tempo. Ela encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva duma motivação profunda e realiza-se na fusão das vontades individuais, o que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição”. O elemento que lhe dá vida e movimento é a dialética da individualidade e da coletividade.

A relação face a face e o espaço geográfico não são fundamentais na configuração da comunidade, mas são sua base cotidiana de objetivação, conforme aponta Heller

(1987). "A genericidade humana - a humanidade realiza-se em forma concreta de vida, em célula de base".

* Nessa perspectiva, comunidade apresenta-se como dimensão temporal/espacial da cidadania, na era da globalização, portanto, espaços relacionais de objetivação da sociedade democrática (plural e igualitária).

A psicologia social ao qualificar-se de comunitária, hoje, explicita o objetivo de colaborar com a criação desses espaços relacionais, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas num mundo assolado pela ética do "levar vantagem em tudo" e do "é dando que se recebe". Esses espaços comunitários se alimentam de fontes que lançam a outras comunidades e buscam na interlocução da fronteira o sentido mais profundo da dignidade humana. Enfim ela delimita seu campo de competência na luta contra a exclusão de qualquer espécie.

BIBLIOGRAFIA

- BARÓ, Martín. *Acción e ideología - Psicología social desde centroamericano*, San Salvador, UCA/EDIT, 1983.
- CARONE, Iray. "A questão dos paradigmas nas ciências humanas e o paradigma das objetivações sociais de Ágnes Heller". In: Lane, S.T.M. e Sawaia, B.B., *As novas vertentes da psicologia social*, São Paulo, Ed. Brasiliense/Educ (no prelo).
- BOMFIM, E.M. e MOTA, M.M.N. "Psicologia comunitária". In: *Revista Psicologia e comunidade*, nº 4, ABRAPSO, MG, 1988.
- FREUD, S. *Mal-estar na civilização*, São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- . *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- GÓIS, C.W. *Noções de psicologia comunitária*, Fortaleza, Edições UFC, 1993.

- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*, Madrid, Taurus, 2 vol., 1989.
- . *Conciencia moral y acción comunicativa*, Barcelona, Ediciones Península, 1985.
- HELLER, A. *Crítica de la Ilustración*, Barcelona, Ediciones Península, 1984.
- . *Sociología de la vida cotidiana*, Barcelona, Ediciones Península, 2ª ed., 1987.
- . "Teoria das necessidades revisitada", palestra na PUC-SP, 12/05/92.
- HORKHEIMER, M. e ADORNO, T.W. (orgs.). *Temas básicos de sociología*, São Paulo, Cultrix, 1973.
- LANE, S.T. e SAWAIA, B.B. "Psicologia: Ciência ou política?" In: Montero, Maritza (coord.), *Acción y discurso-problema de psicología política en América Latina*, Eduven, 1991.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*, Rio de Janeiro, Zahar, 3ª edição, 1975.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*, São Paulo, Ed. Global, 3ª edição, 1983.
- NISBET, R.A. *The sociological tradition*, Londres, Heinemann, 1973.
- . "Comunidade". In: Foracchi, M.M. e Martins, J. de Souza, *Sociologia e sociedade*, Rio de Janeiro, LTC, 1977.
- ROLNIK, S. "Cidadania e alteridade: O psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia". In: Spink, M.J. (org.), *A cidadania em construção - Uma reflexão transdisciplinar*, São Paulo, Cortez Ed., 1994.
- SAWAIA, B.B. "Cidadania, diversidade e comunidade: Uma reflexão psicossocial". In: Spink, M.J. (org.), *A cidadania em construção - Uma reflexão interdisciplinar*, São Paulo, Cortez Ed., 1994.
- SIMMEL, G. "Le problème de la sociologie". In: *Revue de Métaphysique et de Morale*, 1984.

- . "La metrópolis y la vida mental". In: Wolff, K.H. (org.), *La Sociología de Georg Simmel*, New York, The Free Press, 1964.
- SKINNER, B.F. *Walden two*, New York, Macmillan, 1976.
- TÖNNIES, F. *Communauté et société*, Paris, Puf, 1944.
- WANDERLEY, M.B. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade*, São Paulo, Cortez Ed., 1993.
- WEBER, M. *Economía e sociedad*, México, Fondo de Cultura Económico, 2 vols., 1964.
- WUNDT, W. *Elementos de psicología de los pueblos*, Madrid, Danniell Jorro, 1926.

com esse homem a partir dessas condições, na construção de sua personalidade, de sua individualidade crítica, da consciência de si (identidade) e de uma nova realidade social”.

(Góis)

Os valores comunitários devem ser interiorizados como projeto individual para se transformar em ação. Devem ser pensados e sentidos como necessidade. A expressão tão cara à prática comunitária nos anos 70 – conscientização – deve ser ampliada para abarcar não só a “tomada de consciência”, como também a “tomada da inconsciência”, pois ninguém é motivado por interesses coletivos abstratos e não se pode exigir que o homem abandone a esfera pessoal da busca da felicidade, pois bem-estar coletivo e prazer individual não são dicotômicos e o consenso democrático não é conquistado necessariamente à custa do sacrifício pessoal.

(Bader B. Sawaia)

É na comunidade geográfica ou psicossocial que a vida cotidiana é vivida. A psicologia social comunitária estuda o sistema de relações e representações, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos aos grupos. Visa o desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos. Seu objetivo é a transformação do indivíduo em sujeito.

www.vozes.com.br

 EDITORA
VOZES

Uma vida pelo bom livro

E-mail: vendas@vozes.com.br

ISBN 85.326.1644-5



Capa: Josiane Furtati